

**Associativismo e educação: um novo conceito de educar e emancipar os associados da APAB****Associativism and education: a new concept of educating and emancipating the APAB members****MOREIRA, Antônio Domingos<sup>1</sup>****SANTOS, Arlete Ramos dos<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente artigo é resultado de um recorte da pesquisa de Mestrado realizada entre os anos de 2018/2019 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGEd-UESB. Quanto ao local da pesquisa, ocorreu na Associação dos pequenos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB, situada no município de Riacho de Santana, Bahia. Os objetivos da pesquisa se nortearam em investigar as práticas educativas, o trabalho em grupos e as relações de organicidade dos sujeitos na APAB. O método utilizado foi o Materialismo Histórico Dialético e os instrumentos de coleta de dados foram através análise documental (Ata e Estatuto) da APAB. Foi constatado mediante às análises documentais, a construção do saber coletivo/cooperativo na perspectiva do trabalho a partir de produção de bolos, doces e o cultivo de hortaliças altamente sustentáveis e agroecológicos. Foi possível aferir a relevância e as finalidades da educação na APAB e analisar tanto os tipos de ações educativas formais/informais por essa associação, quanto a educação que acontecia no bojo da cultura associativa. Concluímos que o processo educativo é fundamental na formação desses associados, não exatamente como predominância de uma educação escolarizada, mas sim de uma experiência educativa relativamente autônoma e emancipada, quando tomamos como referência o Estado e a forma escolar hegemônica - o que estamos chamando de educar-se das classes trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Práticas Educativas; Saber Popular; Agroecologia; Classe Trabalhadora.

**Abstract:** This article is the resulted of an excerpt from the Master's research carried out between the years 2018 and 2019 by the Pos-Graduate Program in Education at the State University of Southwest Bahia - PPGEd-UESB. The locus of the research was the Association of Small Rural Producers of Pau Branco - APAB, located in the municipality of Riacho de Santana, Bahia. The research objectives were guided by investigating educational practices, work in groups and the organic relationships of

---

1 Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGEd/UESB; Professor da Rede Municipal de Educação do município de Riacho de Santana - Ba; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC.

2 Pós-Doutora em Movimentos Sociais e Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Prof.<sup>a</sup> Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC/DCIE/UESC/UESB/BA).

participants in APAB. The method used was Dialectical Historical Materialism and the data collection instruments were through documental analysis (meeting minutes and Statute) of APAB. Through documentary analyzed, the construction of collective/cooperative knowledge from the perspective of work from the production of cakes, sweets and the cultivation of highly sustainable and agroecological vegetables was verified. It was possible to assess the relevance and purposes of education at APAB and analyze both the types of formal/informal educational actions by this association, and the education that took place in the heart of the associative culture. We conclude that the educational process is fundamental in the formation of these associates, not exactly as a result of the predominance of schooled education, but of a relatively autonomous and emancipated educational experience, when we take the State and the hegemonic sachola form as a reference - what we are calling educating away from the working classes.

**Keywords:** Educational Practices; Knowing Popular; Agroecology; Working class.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é oriundo do recorte de uma pesquisa realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGEd-UESB. O *lócus* de investigação aconteceu na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB, que está situado a, aproximadamente, 15 quilômetros de distância da sede do município de Riacho de Santana, que fica localizado no Território Velho Chico, do estado da Bahia.

Desta forma, o aprofundamento da investigação se deu a partir do associativismo e o trabalho coletivo realizado na APAB, nos últimos anos, através da produção de bolos, doces, hortas comunitárias e familiares, numa perspectiva voltada para produção sustentável e agroecológica. Esses conhecimentos populares e culturais, são representações significantes nos espaços produtivos que agregam múltiplos saberes, convivência e integração entre a comunidade, além de recriar a paisagem, gerando novas funções sociais para o espaço (SANTOS, 2012).

Importante destacar que as associações são sociedades sem fins lucrativos, portanto, são geralmente de natureza assistencial, ou, senão, se dedicam a atividades recreativas, culturais e religiosas, científicas e beneficentes. Por serem sem fins lucrativos elas não podem conceder ganhos ou vantagens patrimoniais de seus associados (VEIGA; RECH, 2001, p. 19).

Na análise de Costa, Oliveira e Figueiredo (2013) a expressão associativismo designa a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal). “O Associativismo é um instrumento vital para que uma comunidade saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica.” (BERTOLDO, 2015, p. 5).

Ao nos inserirmos no debate, nosso objetivo foi analisar a APAB, do ponto de vista da educação em um todo, mas com um conceito mais analisado para a educação não formal no seu empoderamento político e ideológico, de resistência que conviveram no período delimitado pelo sistema capitalista.

Diante da necessidade de romper a lógica do capitalismo, o associativismo como novo modelo de sistema coletivo, impõe uma educação como princípio para a classe trabalhadora: “O que quer que leve os homens a se unirem, embora isso possa gerar alguns vícios, é favorável à difusão do conhecimento e, em última instância, promove a liberdade humana” (THOMPSON, 2004, p. 204). As associações mutualistas e as de resistência não se organizaram com o objetivo específico de promover educação. A finalidade principal das primeiras era auxiliar os sócios contribuintes quando se encontrassem sem condições de trabalho (com remédio, atendimento médico, pequenas quantias mensais, advogado etc.).

As segundas surgiram para intermediar as relações entre trabalhadores e patrões, buscando conquistar direitos e a própria emancipação dos trabalhadores. Entretanto, ambas consideravam a educação como importante ferramenta para a conquista de seus objetivos; fosse ela proporcionada como benefício individual aos sócios, no caso das mutuais; fosse uma que encarnasse os interesses da classe, característica das associações de resistência.

### 1.1 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA APAB

Quanto às políticas públicas concentradas na associação de Pau Branco e a importância do desenvolvimento desse espaço para a transformação social e emancipatória desses sujeitos, para Tonet (2010, p. 1) só a emancipação humana não basta para que o trabalho seja a categoria fundante. O capitalismo não vai morrer por

si. E, nesse sentido, o comunismo não é um desdobramento do capitalismo. Para se construir uma nova sociabilidade, é preciso criar um processo de objetivação, consciente e prático. “A luta da classe trabalhadora pela sua emancipação e de toda a humanidade implica o conhecimento, o mais amplo e profundo possível, da realidade social a ser transformada”.

A humanidade, produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens, diz respeito ao conjunto de instrumentos (objetos, ideias, conhecimento, tecnologia etc) com os quais os homens se relacionam com a natureza e com os outros homens para promover a sobrevivência. “Essa nova forma de apropriação das forças produtivas é que Marx chama de trabalho associado” (TONET, 2010, p. 6). Com a necessidade de aumentar a renda familiar, os pequenos produtores/agricultores começaram a se organizar coletivamente e ter uma atividade para ajudar nos custos mensais, para o sustento da família. Com isso, veio a ideia de aderir às políticas públicas do estado para entregar a produção de bolos, doces e hortaliças que essas famílias produziam na sede da associação e nos quintais agroecológicos.

Dentre as políticas públicas que foram implantadas na APAB, mencionamos algumas que constatamos no período da pesquisa de 2018 e 2019, bem como os documentos mostram que desde 2008, a associação já se organizava para lutar por políticas, como por exemplo: O Programa de Aquisição de Alimentos -- PAA, que foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero e foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, sendo, atualmente, regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008. Segundo Veloso (2011), o PAA foi implementado como um programa social que se mostrou como um importante instrumento de apoio à comercialização de parte da produção agropecuária dos Agricultores familiares. Esse programa tem sido responsável pela geração de renda, e incentivo e apoio aos agricultores que produzem gêneros alimentícios.

Importante mencionar que o PAA intensificou a posição dos envolvidos quanto as suas territorialidades por meio da comercialização, dando-lhes vantagens diferenciadas. E, dessa forma, passa a ser inegável o fato de que houve uma mudança considerável no campo brasileiro. O mercado institucional garantiu: um canal de comercialização alternativo aos atravessadores (intermediários) e incentivou o associativismo e a agroecologia, fomentando, desse modo, formas de poder

diferenciadas que repercutem fundamentalmente na produção e na reprodução social dos agricultores familiares.

Além disso, pode-se falar não apenas em contribuições materiais, mas também, em contribuições subjetivas, principalmente porque estabelece uma nova forma de pensar o papel do Estado em garantir a compra de parte da produção dos agricultores familiares e, concomitantemente, a alimentação de um número significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional - se opondo assim, à política creditícia predominante até então (SOUZA, 2018).

Outra política muito importante no espaço da APAB que podemos evidenciar no período da pesquisa, foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. Por meio deste Programa, a APAB fazia entrega às várias entidades do município de Riacho de Santana através do convênio que tinha e beneficiava os pequenos agricultores e pessoas envolvidas.

O referido Programa atende aos alunos de toda a rede pública da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos - EJA) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de refeições e de ações de educação alimentar e nutricional.

Nesse sentido, Moreira (2019, p. 10) afirma que,

A emancipação política de uma sociedade tem tornado atores importantes para cobrar dos governantes a inserção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para os aspectos de uma produção agroecológica que contribua para a cultura desses pequenos produtores que residem naquele local.

Diante das políticas públicas na APAB, verificamos que os atores envolvidos nesse processo dinâmico do associativismo e a partir da economia solidária, voltado para a produção do sistema agroecológico, promovem o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, combinando com a preservação dos recursos naturais com a produção de alimentos em quantidade e variedade, contribuindo para

saúde e qualidade de vida dos moradores da localidade. Os sistemas produtivos desses pequenos produtores oferecem a potencialidade de uma administração apropriada dos recursos naturais e de resistir e se adaptar aos efeitos derivados da mudança climática.

Moreira, Santos e Lucena (2021), afirmam que a agricultura familiar na comunidade de Pau Branco não é tudo em matéria de desenvolvimento na comunidade, mas é uma parte muito importante desse processo que esses sujeitos realizam na perspectiva de uma educação popular que preserva a identidade e a cultura do local em que estão inseridos.

## **2 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa abarcou o período entre 2018/2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGEd-UESB. As análises e informações justificam tanto do ponto de vista da revisão bibliográfica sobre as temáticas que categorizam e aproxima das discussões sobre a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB, quanto do ponto de vista das principais séries documentais com que aprofundamos para obter dados necessários nesse tocante. Em um primeiro momento, analisamos os principais documentos que sustentam a APAB - (Ata e Estatuto). Importante salientar que o surgimento da APAB deu-se quando um grupo de pessoas da comunidade, ao sentir a necessidade de criar a Associação, reuniu-se em 13 de maio de 1989 na escola da referida comunidade para discutir e fundar a Associação na comunidade. Nesse mesmo dia foi registrada a Ata da primeira Assembleia Geral de fundação e, posteriormente, a eleição para a diretoria e o Conselho Fiscal da APAB.

Nessa análise, a escolha do método se deu a partir de uma aproximação com o método Materialismo Histórico Dialético – MHD, para entendermos que o pensamento marxista, apresenta-se como possibilidade teórica (instrumento lógico) de interpretação, ao se caracterizar pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história (KOSIK, 1976).

Sobre o método que foi a análise documental da APAB (Ata e Estatuto), se faz necessária pelos pressupostos de conhecer numa totalidade de como procedeu os anseios e as realidades desses sócios projetistas inseridos nesse espaço. A aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, aos fenômenos da vida da sociedade, ao estudo desta e de sua história. Dentro dessa perspectiva, Neste sentido, pensemos sobre o que é a educação: "o trabalho educativo é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens". (SAVIANI, 1994; p.24).

A análise documental deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, e permitirá localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos (MOREIRA, 2005). Tal perspectiva vai se ampliando até a percepção da análise documental como um processo de tratamento do material para armazenar as informações de maneira mais acessível, condensada e contextualizada socialmente (OLIVEIRA, 2007).

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS E EMANCIPAÇÃO NA APAB**

Para falar das grandes conquistas realizadas nos espaços da APAB, não podemos deixar de mencionar as políticas públicas nas esferas sociais e manutenção de direito estabelecido pelo Estado, é importante mencionar o pensamento marxiano de que *"a história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classe"* (MARX, 1987, p. 102) serve de esteio das argumentações desenvolvidas aqui, uma vez que tampouco se comunga com a máxima ideológica do 'fim da luta de classes' propagada pelas teorias neoliberais que o estado atribui.

Nessa análise sobre os avanços na APAB, coadunamos com Sousa e Santos (2019, p. 4), os quais afirmam que *"[...] todas as pessoas possuem seus próprios saberes elaborados a partir dos seus históricos de vida, experiências, relações sociais e seus mecanismos de sobrevivência, torna-se imprescindível que sua vida e suas visões de mundo sejam valorizadas [...]"*. E estas experiências, fruto dos saberes historicamente construídos são muito importantes para o trabalho autogerido nas associações.

Elevar uma reivindicação ao patamar de uma política pública, sem dúvida significa reconhecimento público e jurídico dessa demanda, o que implica na possibilidade de acesso ao fundo público estatal. Porém, pode significar também uma regulação estatal sistemática, logo burocrática, dessa mesma luta, com grande probabilidade de remodelar e ressignificar, com transmutação de valores, as suas bandeiras. Numa sociedade civil dominada pelo capital financeiro, implica em permitir aos trabalhadores associados atuarem tão somente em franjas ou bordas do sistema, sem um real “devolução do poder” a eles próprios, tendo em vista a construção de uma economia comunal (MÉSZÁROS, 2002).

De acordo com o documento em análise, Moreira (2019, p. 136) afirma o seguinte pensamento:

A Fundação da APAB teve como objetivo, a princípio, atender as necessidades das famílias e possibilitar acesso as Políticas Públicas para o crescimento e os avanços dos pequenos e médios produtores rurais daquela localidade, considerando a diversidade, experiências e as especificidades de organizações coletivas, e contribuindo para o processo de formação e das experiências adquiridas em grupos sociais, as produções agroecológicas, as lutas pelos movimentos sociais e a educação do campo. Nesse sentido, a criação de uma associação, facilita o diálogo com entidades públicas para o acesso as políticas públicas.

As Políticas Públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.

Para compreender melhor o conceito de políticas públicas, ou seja, na sua forma adjetivada, nas sociedades em que o Estado político alcançou o pleno desenvolvimento, o homem passou a viver na “comunidade política”, onde começou a ser tratado como ser “comunitário”, e na “sociedade civil”, passou a agir como simples indivíduo privado (MARX, 2010, p. 40). O conflito entre os homens deixou de dirigir-se ao Estado político e tornou-se um conjunto de pendências particulares e egoístas a serem resolvidas na sociedade civil.

A sociedade civil, que aparece para si mesma e para os outros como um indivíduo real, surge como fenômeno ilusório porque o Estado político moderno

transfere da coletividade para os representantes do povo o sentido e significado da política como força ativa dos seres humanos organizados, não só no plano jurídico e ideológico, mas na realidade. O aparato jurídico-político da sociedade realiza, ao mesmo tempo, de um lado, a conversão do ser político em ser egoísta, pelo critério de direitos iguais – fundado no critério da posse e propriedade e, de outro lado, transforma a força política e social dos indivíduos em força política de seus representantes – fundado no critério da representação política. Assim, a sociedade civil, o sistema jurídico e o sistema político trabalham para a manutenção da sociedade burguesa.

Segundo Lima (2014), esta nova forma de liberalismo assumido pelo Estado Capitalista, que, apesar de se modificar e se “moldar às novas conjunturas políticas e sociais”, possibilitou sua sobrevivência e, paradoxalmente não perdeu “suas características intrínsecas”: defesa da propriedade privada e o próprio modo de produção baseado na livre iniciativa.

O público reveste-se de significado adjetivado como “bem de todos ou interesse de todos”, como vimos, embora não seja esse o resultado prático da ação estatal. A ação estatal – embora designada e revestida de aparência de ação dirigida ao bem de todos – é sempre e cada vez mais focalizada ou setorizada. Esta compreensão é fundamental quando se pensa em interesse público, pois a natureza do Estado na visão marxista compreende que o “Estado ou o que é estatal não é público ou do interesse público, mas tende ao favorecimento do interesse privado ou a interesses do próprio Estado com sua autonomia relativa” (SANFELICE, 2005, p. 183). A autonomia relativa do Estado provoca a relativização do papel do Estado para o atendimento das demandas sociais, ao passo que centraliza nele próprio as medidas de força da economia para assegurar os interesses do capitalismo.

Para compreender essa relação de políticas inseridas nos espaços da APAB, fez necessário analisar também o Estatuto que sustenta o funcionamento dessa associação, devido à importância de compreender os fatores sociais, culturais, formativos, econômicos e toda relação dos sujeitos que estão inseridos naquele espaço.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DO ESTATUTO E DA ATA NA APAB**

Nessa análise, o percurso das discussões do Estatuto e da Ata da APAB, se fundamentou no desenvolvimento principalmente, observando a realidade dos sujeitos no local inserido e as responsabilidades atribuídas dentro da comunidade de Pau Branco, que pertence ao município de Riacho de Santana, Bahia. A comunidade e a associação preservam suas identidades e a cultura das famílias, analisando como se deu essa educação nos espaços não formais e observando a geração de emprego e renda com respeito aos direitos fundamentais, à vida das crianças dos jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais.

Nessa análise, percebe-se que a APAB visa promover o desenvolvimento das famílias agricultoras da comunidade através do fortalecimento socioeconômico, cultural e político, apoiando os direitos dos seus associados, bem como o de profissionalizar as atividades produtivas e a comercialização por meio da produção agroecológica e orgânica das feiras livres no município de Riacho de Santana.

Para tanto, para falar do Estatuto e da Ata, compreende-se que,

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas Ciências Sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

As informações constantes tratam sobre os avanços, os princípios, valores, direitos e deveres de cada sócio. Contudo, este trabalho parte dos pressupostos de investigação que objetivou compreender as relações dos sócios projetistas e suas formações e vivências coletivas, tanto nas modalidades educacionais como também nas lutas sociais para a conquista de seus direitos.

Nessa linha de pensamento, buscou-se identificar nos objetivos desta pesquisa, se os sujeitos que vivem naquele local são considerados emancipados ou não no que se refere ao trabalho que desenvolvem na Associação, e como se deu essa educação não formal e os processos formativos dos associados. Partindo desse princípio investigativo, procurou-se mostrar que sob a ótica do sistema capitalista de

produção, a sociedade é analisada pela contradição entre capital-trabalho, burguesia e classe trabalhadora, e que com o aumento da divisão social do trabalho, o que prevalece é o polo negativo do trabalho, que, enquanto princípio da economia política, observa da seguinte maneira:

[...] é a essência subjetiva da propriedade privada e está frente ao trabalhador como propriedade alheia, a ele estranha e é prejudicial e nocivo a ele; ainda mais, sua própria realização aparece como privação do operário, pois na medida em que a economia política oculta a alienação que está na essência do trabalho, a própria relação da propriedade privada contém o produzir-se da atividade humana como trabalho e, portanto, como uma atividade humana completamente estranha ao homem e à natureza e, assim, a consciência e à vida (MANACORDA, 2007. p. 58).

No pensamento de Manacorda (2007), com base nos Manuscritos econômico-filosóficos de Marx, constatou-se na sua interpretação do trabalho o polo negativo. No primeiro momento, foi realizada uma busca de elementos no Estatuto que pudessem evidenciar as questões sobre trabalho, emancipação e alienação.

Após a disponibilização do documento pela direção da Associação para apreciação, foi verificado que trata-se uma análise primária e essas informações nos serviram de subsídios para responder algumas questões da pesquisa. Por representarem uma fonte natural de informação, documentos “não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39). A análise documental deve ser adotada quando a linguagem utilizada nos documentos constitui-se elemento fundamental para a investigação.

No ato constitutivo, estão especificadas, dentre outras informações, os objetivos sociais da associação, ou seja, as finalidades para as quais ela está sendo criada -, os procedimentos de admissão de novos associados e a organização dos órgãos deliberativos, como a Assembleia Geral, e dos órgãos executivos e administrativos, como o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal. Serão também descritos os recursos financeiros que manterão as atividades da associação, Moreira (2019, p. 139) aborda.

No artigo 1º do estatuto da Associação traz o seguinte esclarecimento: “Art 1º Associação dos pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB, é constituída em pessoa jurídica de direito privado de fins não

econômicos que se regerá por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis”.

A APAB, ao se tornar um órgão coletivo formalmente registrado nos órgãos competentes, passa a existir perante a lei. Os registros mais comuns são o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para que a mesma tenha direito de concorrer aos programas e políticas públicas nas esferas: municipal, estadual e federal. Sendo que a mesma está amparada na Lei nº 11.326, de 24/07/2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares.

Para Altafin (2005), a produção familiar é orientada para a satisfação do bem-estar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade. Isso ocorre por não haver separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e sua família, Moreira (2019, p. 140) diz que

No artigo 4º, percebemos aspectos que evidenciam características do trabalho: “Art 4º É objetivo da associação a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados” (ESTATUTO APAB, 2008).

Nessa vertente, Abramovay e Veiga (1999) consideram que a agricultura familiar passou a se fortalecer a partir do momento em que o Estado passou a considerar esse segmento como peça fundamental para o desenvolvimento brasileiro. Nesse contexto, o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi determinante na transferência de renda para a agricultura familiar.

Esse artigo faz uma explanação que é objetivo da APAB - a cooperação formal entre sócios afins, a produção, trabalho e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis dentro da comunidade, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva da qual todos são beneficiários através dessa educação não formal. Os pequenos produtores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho no trabalho ou no setor econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para tornar emancipadores e solidários numa sociedade menos injusta e menos desigual.

Corroborando com essa discussão, Scherer-Warren (2001) explica que o associativismo se caracteriza por formas organizadas de ação coletiva, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns. Dando sequência a análise do Estatuto, Moreira (2019, p. 140) afirma:

Art 5º b: “Promover o transporte, o beneficiamento o, armazenamento, a classificação, a industrialização, a assistência técnica e outros serviços necessários à produção, e servir de assessora ou representante dos Associados na comercialização de insumos e da produção;” (APAB, 2008).

Neste quesito, trouxe como meta da associação, os avanços da implantação que foram executados: a cozinha industrial com diversos equipamentos para produção; a garagem para trator e equipamentos agrícolas; um poço artesiano para suprir as necessidades da associação em todos quesitos; uma sala de reunião, cursos e assistência técnica para os associados, dentre outros (PRESIDENTE APAB, GESTÃO 2018). Essas conquistas podem ser compreendidas como uma forma de modernização da associação pesquisada.

Nesse sentido, segundo Radomsky (2006), a maneira como os atores sociais se vinculam e interagem constitui importante elemento para compreender os processos de desenvolvimento rural. O autor afirma que mesmo que as práticas econômicas e sociais tenham passado por um processo de mercantilização, “[...] agricultores têm realizado estratégias de reprodução social que se fundamentam em relações não mercantis” (RADOMSKY 2006, p. 104).

Outro artigo do Estatuto que damos destaque na nossa pesquisa é o Art. 6º: “Podem ingressar na Associação, os Produtores Rurais, proprietários, parceiros e arrendatários que concordem com as disposições deste estatuto e que, pela ajuda mútua deseja contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade” (APAB, 2008).

Neste artigo, observa-se que para que alguém possa ser associado, deve preencher alguns requisitos, como: ser pessoas ligadas a comunidade e que tenha terra e, atualmente possua a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que é um documento que identifica o produtor familiar, necessário para que esse agricultor possa participar das Políticas Públicas para a agricultura familiar, como financiamento

da habitação rural e Programa de Aquisição de Alimentos do governo através da associação, dentre outros programas.

Nesse sentido, compreende que a DAP:

A Declaração de Aptidão ao Pronaf é a comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor. É indispensável para acesso a Políticas Públicas como o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos, Merenda Escolar e Habitação Rural (MDA, 2008).

Destaca-se também os seguintes artigos:

Art. 14: A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, uma vez ao mês para discutir questões pertinentes da APAB como destituição dos administradores, alteração estatutária, exclusão de associado, trabalhos para ser realizados dentro da associação, pagamento da taxa mensal e dissolução e qualquer outro assunto atinente à Associação. Art. 41 - O presente estatuto foi aprovado em assembleia geral extraordinária realizada nesta data para sua reforma, os novos membros da diretoria e do conselho fiscal, cujos mandatos terminarão em 17 de Dezembro de 2008 (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO, 2008).

Ainda fazendo análise do estatuto da APAB, percebe-se que o mesmo é antigo e precisa passar por uma atualização para melhor se adequar às realidades dos sócios projetistas. A direção da APAB informou que as providências estão sendo tomadas para que haja uma atualização do Estatuto, o que trará mais respaldo para a garantia de deveres e direitos dos sócios projetistas e se adequar com os avanços e a realidade da APAB.

Nesse sentido, é necessário observar que a lei de Registros Públicos diz que o representante legal da entidade (geralmente o presidente), solicitando a averbação, dele devendo constar o seu nome por extenso, cargo e residência (Lei 6.015/73, art. 121. Código Civil, art. 1.151).

As análises aqui feitas no estatuto da APAB, têm a finalidade de destacar a importância dos objetivos discutidos e trazer dados relevantes sobre a pesquisa. É perceptível que o papel da APAB é lutar pela melhoria da qualidade de vida dos sócios projetistas. Nesse sentido, o patrimônio da associação é constituído pelos associados ou membros, logo, a associação não possuem fins lucrativos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se permeou no sentido de trazer informações pertinentes dos documentos (Ata e Estatuto) que regem a Associação do Pequenos Produtores Rurais de pau Branco - APAB, que está situada no município de Riacho de Santana, Bahia. Os dados evidenciados sobre a temática: “Associativismo e educação: um novo conceito de educar e emancipar os associados na APAB”, para acessar os programas e políticas públicas. Nessa vertente, buscamos compreender como as associações vem se planejando e se auto gerindo com as implementações do PAA, PNAE e PRONAF junto ao estado.

Para tanto, a APAB vem se organizando nos últimos anos como alternativa de uma nova forma de viver coletivamente, gerando emprego e renda para os associados nesses espaços cooperativos e, por conseguinte, um componente das estratégias da reprodução social dos pequenos produtores rurais que têm o trabalho familiar como centralidade da condução do processo (re) produção das condições materiais de sua existência no espaço do campo de forma agroecológica, ambiental e solidária.

Portanto, a pesquisa constatou o processo de construção a partir do trabalho associado (Coletivo - Cooperativo) que implica em formas distintas de solidariedade ou em possibilidades de reprodução ou superação da competição mercantil que, por sua vez, se sustentaria pela solidariedade sistêmica/ burocrática da sociedade política estatal. A organização de pequenos produtores e agricultores rurais de Pau Branco, avança e transforma a ação de seus sujeitos em uma parte delas a partir de constituição de associações, a inserção de sua produção ao mercado e feiras livres, o que restringiria sua participação à produção econômica deste grupo social.

Na atual conjuntura, as perdas de direitos históricos como a previdência, a legislação trabalhista e a própria educação pública, em função do aprofundamento das reformas neoliberais do Estado brasileiro, tematizar as práticas associativas, emanciparam-se, educaram-se, formaram-se e, nesse processo, foram sujeitos centrais na invenção desses mesmos direitos para os quais procuraram educar a sociedade, pode nos apontar caminhos para refletir sobre os desafios do presente.

## REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar** Brasília 2005. Disponível: <http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/> . Acesso em: 12 Jul. 2021.

ABRAMOVAY, R. VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília, DF: IPEA, 1999.

BERTOLDO, Jaqueline. **Cartilha Associativismo**. Incubadora Social. Santa Maria – RS. 2015. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/estudos culturais/arquivos/incubacao-cartilhas/CARTILHA%20ASSOCIATIVISMO.pdf>> Acesso em: 11 Jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009** - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm). Acesso em 12 de Jul. de 2020.

BRASIL. **Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Poder Executivo, Brasília, 3 jul. 2003. Seção 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm)>. Acesso em: 04 de Jul. de 2021.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis. Vozes, 2008.

COSTA, Maria do Socorro Cândido; OLIVEIRA, Antônio César Silva; FIGUEIREDO, Raimundo José Linhares. **Associativismo**. - Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC, 2013.

LIMA, Elianeide Nascimento. **Políticas Públicas para a Educação do Campo no Estado de São Paulo: impactos, contradições e perspectivas**. Tese (Doutorado em Educação). São Carlos: PPGE/UFSCar, 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução Newton Ramos-de-Oliveria. Campinas, São Paulo: Alínea, 2007.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, Karl (2010). **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 1967. (Coleção Marx-Engels).

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Antônio Domingos. **A Educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB no município de Riacho de Santana – BA**. 2019. 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2019.

MOREIRA, A. D.; SANTOS, A. R.; LUCENA, E. A. R. M. **O associativismo no município de Riacho de Santana -BA: desafios e perspectivas para o crescimento**. Rev. Bras. Educ. Camp. Tocantinópolis, v. 6, e10418, 2021

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

OLIVEIRA, Alfredo Almeida Pino de. **Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto “Nossas crianças: Janelas de oportunidades” no município de São Paulo à luz da Promoção da Saúde**. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RADOMSKY, G. F. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2006.

SANFELICE, J. L. (2005). A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. In J. C. Lombardi, M. R. M. Jacomeli, & T. M. T. Silva (Orgs.), O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas (p. 177-185, Coleção memórias da Educação). Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr & Unisal.

SANTOS, B. de S. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989. SOUZA, J. R. M. **A política de aquisição de alimentos na mira do golpe**. In: Revista Okara: Geografia em debate, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 664-677, 2012. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Autores Associados, 1994.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais e participação**. In: SORRENTINO, M. (Coord.). Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo. Educ; Fapesp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** Tradução de Denise Bottmann. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TONET, Ivo. **Trabalho associado e revolução proletária.** Maceió, 2010.

VEIGA, Sandra Mayrink; RECH, Daniel. **Associações: como constituir sociedades sem fins lucrativos.** – Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VELOSO, Fernando. **Políticas públicas no município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA.** 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.